

PROCESSO PARTICIPATIVO CONTINUADO: PROJETANDO COM A COMUNIDADE ESCOLAR DA FREI DAMIÃO (SESSÃO TEMÁTICA)

Luiz Gonzaga Philippi Filho
UFSC | zagaphilippi@gmail.com

Jéssica Delfino Cunha
UFSC | jessicadelfinoc@gmail.com

Susan Natalí Oliveira Lecuona
UFSC | susanoliveira.arq@gmail.com

Paloma Xavier Pereira
palomaxavierpereira1997@gmail.com

Sessão Temática 12: Assessoria técnica territorial e extensão universitária

Resumo: O presente artigo resulta da Residência em Arquitetura e Urbanismo para a atuação em Assessoria Técnica da Habitação de Interesse Social, curso de especialização da Universidade Federal de Santa Catarina, atuando no território da comunidade Frei Damião, localizada em Palhoça (SC). A Residência está inserida ao Programa Periferia Viva, da Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades, que visa elaborar política pública a partir do território junto à comunidade, ancorada no fortalecimento de organizações sociais e comunitárias para retomada de obras de infraestrutura local, com base nas necessidades de cada periferia. Entende-se, assim, que a participação popular é fundamental para uma prática democrática, que atue na redução de desigualdades com compromisso social. Conquanto eventos comunitários e oficinas participativas permitem trocas pontuais de demandas, saberes e tecnologias locais entre técnicos e moradores, este trabalho apresentará a construção colaborativa de processo participativo realizado de forma continuada, ao longo de três meses, para projetar junto com a comunidade escolar a ampliação da Escola Básica Frei Damião.

Palavras-chave: ATHIS; processos participativos; tecnologias sociais; assessoria técnica.

CONTINUAL PARTICIPATORY PROCESS: DESIGNING WITH THE FREI DAMIÃO SCHOOL COMMUNITY

Abstract: This article results from the Architecture and Urbanism Residency for the Technical Assessment in Social Housing program, a postgraduate course at the Federal University of Santa Catarina, acting in the territory of the Frei Damião community, located in Palhoça (SC). The Residency is part of the Periferia Viva Program, from the National Secretariat for Peripheries of the Ministry of Cities, which aims to develop public policy based on the territory together with the community, anchored in strengthening social and community organizations to resume local infrastructure works, based on the needs of each peripheral area. It is understood, therefore, that popular participation is essential for a democratic practice that works towards reducing inequalities with a social commitment. While community events and participatory workshops allow for specific exchanges of demands, knowledge, and local technologies between technicians and inhabitants, this work will present the collaborative construction of a continual participatory process carried out over three months, to design the expansion of the Frei Damião Basic School together with the school community.

Keywords: ATHIS; participatory processes; social technologies; technical assessment.

PROCESO PARTICIPATIVO CONTINUO: DISEÑANDO CON LA COMUNIDAD ESCOLAR DE FREI DAMIÃO

Resumen: Este artículo resulta de la Residencia en Arquitectura y Urbanismo para la Asesoría Técnica en Vivienda de Interés Social, un curso de posgrado de la Universidad Federal de Santa Catarina, actuando en el territorio de la comunidad Frei Damião, en Palhoça (SC). La Residencia es parte del programa Periferia Viva de la Secretaría Nacional de Periferias del Ministerio de las Ciudades, con objetivo de desarrollar políticas públicas a partir del territorio junto con la comunidad, para el fortalecimiento de organizaciones sociales y comunitarias para retomar obras de infraestructura local, basadas en las necesidades de cada periferia. Se entiende que la participación popular es fundamental para una práctica democrática de reducción de desigualdades con compromiso social. Mientras que los eventos comunitarios y los talleres participativos permiten intercambios específicos de demandas, saberes y tecnologías locales entre técnicos y habitantes, este trabajo presentará la construcción colaborativa de un proceso participativo continuo realizado durante tres meses, para diseñar junto con la comunidad escolar la ampliación de la Escuela Básica Frei Damião.

Palabras clave: ATHIS; procesos participativos; tecnologías sociales; asesoría técnica.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado da experiência em andamento de Residência em Arquitetura e Urbanismo para a atuação em Assessoria Técnica da Habitação de Interesse Social, curso de especialização da Universidade Federal de Santa Catarina, tendo como território de trabalho a comunidade Frei Damião, localizada em Palhoça, Santa Catarina. A atuação via Residência está relacionada ao Programa Periferia Viva, da Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades, com a característica de uma política federal de periferias elaborada a partir do território e com a comunidade, que emprega uma abordagem ancorada no fortalecimento das organizações sociais e comunitárias para a retomada de obras de infraestrutura local, com base nas necessidades de cada periferia.

A Frei Damião é considerada como o maior aglomerado subnormal do estado, com cerca de quatorze mil famílias, embora não se saiba o número exato devido ao alto fluxo migratório. Com uma extensão plana com cerca de 0,47km² (ICOM, 2023), o território está na divisa entre os municípios de Palhoça e São José e entre os rios Imaruí e Canal dos Peixes, o que, somado aos poucos pontos de conexão com a malha viária, evidencia uma situação de isolamento da comunidade perante a cidade e aos direitos implicados na urbanidade como acesso à moradia, saneamento, educação, saúde e serviços urbanos. Com o crescimento populacional ocorrido nos últimos anos, somado à ausência do poder público, a situação dos equipamentos comunitários de educação e saúde atualmente é de superlotação e precariedade nas condições físicas e de serviço.

É nesse contexto que se insere a atuação da Residência em ATHIS/UFSC. A prática é conduzida pelo Plano de Ação do Programa Periferia Viva, que indica uma metodologia e ações a serem executadas de forma integrada nacionalmente. No território, a presença da Universidade tem como objetivo global a elaboração de Plano Urbanístico, com obras de infraestrutura urbana, equipamentos comunitários, habitação e serviços, construído de forma conjunta entre Governo Federal via Residência, município e comunidade Frei Damião, por meio de suas lideranças, moradores e organizações sociais locais.

Enquanto política pública e prática em arquitetura e urbanismo com compromisso social, democrático e que atua na redução das desigualdades, a participação popular é um pilar fundamental. Por isso, durante o primeiro semestre de 2024 a Residência promoveu diversas atividades de aproximação e fortalecimento de vínculo entre Universidade e Comunidade no território como rodas de conversas, oficinas de leitura comunitária, caminhadas e a construção de um espaço comunitário. Essa troca entre técnicos e moradores possibilita que as demandas, saberes e tecnologias locais sejam incorporadas nos estudos e propostas para o planejamento urbanístico, refletindo as necessidades e aspirações da própria comunidade, garantindo maior legitimidade e sustentabilidade às ações implementadas.

Contudo, essas experiências participativas pontuais demonstraram algumas limitações, que serão mais bem aprofundadas, no que se refere ao público participante (tanto em quantidade como em diversidade), bem como na postura e adesão ao processo em si, por vezes tendo

seu envolvimento findando naquela atividade em si. Essas atividades comunitárias ou oficinas participativas, centradas em eventos de maior porte e grande quantidade de pessoas envolvidas em sua organização (planejamento, logística, divulgação e execução), por justamente despende de muitos recursos, também se limitou em quantidade de eventos. Para além disso, como será mostrado, a relação entre pessoas na organização e pessoas participantes se mostra menos eficiente do que o modelo aqui proposto.

Por isso, parte da equipe da Residência se envolveu na elaboração e execução de um processo participativo em modo contínuo, num formato de menor estrutura e com maior recorrência de atividades. Sem que um modelo negue ou invalide o outro, os resultados desta experiência revelam-se valiosos tanto para potencializar e aprimorar aspectos do formato anterior com eventos pontuais, quanto para promover novas possibilidades de processos participativos que, como se almeja, melhor adere a demandas e desejos dessa comunidade.

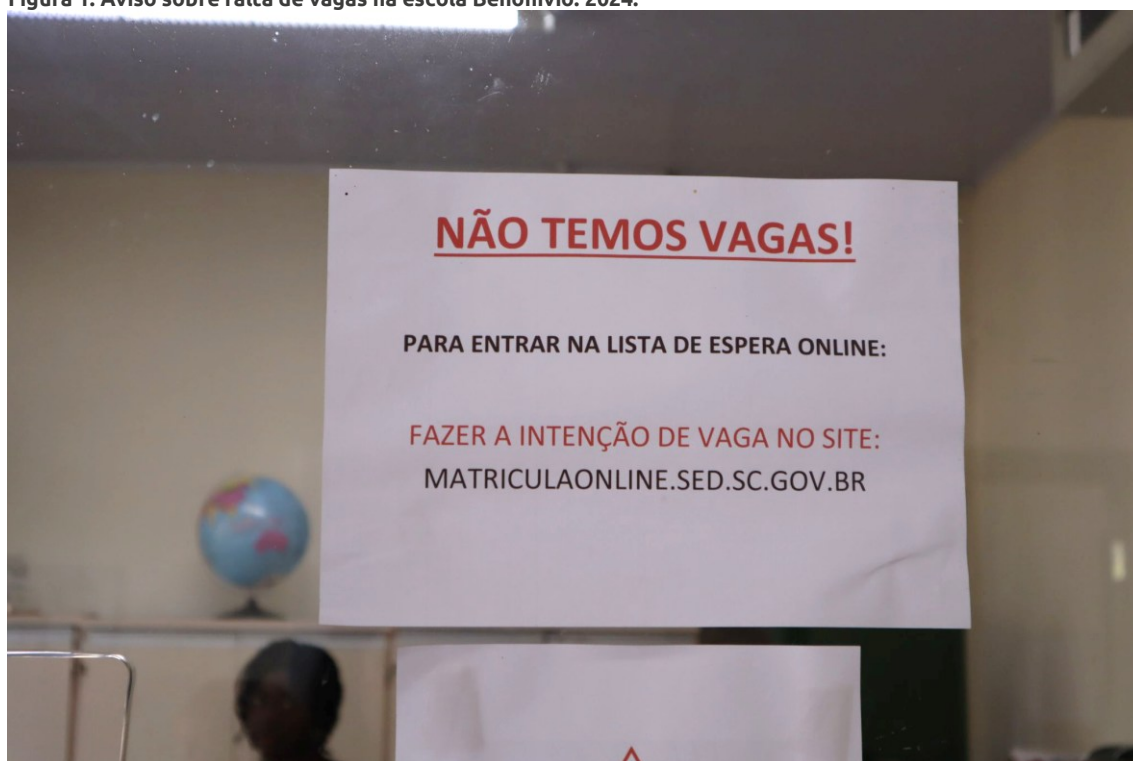
Desse modo, o presente trabalho apresentará brevemente a metodologia, elaboração, desenvolvimento e resultados desse processo participativo ocorrido continuamente entre os meses de setembro e novembro de 2024.

PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA EB FREI DAMIÃO

Desde os primeiros contatos da Residência com a Comunidade por meio dos dispositivos de aproximação abordados anteriormente, encaminhou-se como uma das demandas impreteríveis a reforma e ampliação da Escola Básica Frei Damião, escola municipal localizada na quadra do Parque Olalia Gonçalves de Melo, centralidade popularmente chamada de Praça da Frei Damião. Esta demanda que se impõe, tanto pelas condições precárias da edificação escolar, quanto pela sua reduzida dimensão e incapacidade de oferecer novas vagas para estudantes da comunidade, legitimada pelas oficinas anteriores, passou a ser objeto de trabalho de parte da Residência.

Pelo menos 11 instituições de educação atendem a população do Frei Damião, sendo a escola estadual EEB Prof. Benonívio João Martins aquela que atende ao ensino médio dos jovens da Comunidade, e apenas uma escola de ensino fundamental localizada dentro do território, a Escola Básica Frei Damião (PALHOÇA/SC, 2024), que é também referência local em educação de jovens e adultos (EJA), funcionando no período noturno. A necessidade de mais vagas em ambas as escolas é latente (figura 1), com urgência de mais salas e espaço físico. Somado a isso, a demanda do equipamento de ensino compreende também a manutenção das instalações elétricas e hidrossanitárias, e ampliação de áreas de lazer, sociabilidade e de apoio à formação, como salas de informática, biblioteca, laboratórios e espaços multiusos.

Figura 1: Aviso sobre falta de vagas na escola Benonívio. 2024.



Fonte: Residência ATHIS UFSC, 2024.

Evidentemente, construir novas salas de aulas é fundamental para aumentar a capacidade de acesso à educação na comunidade, e foi essa a demanda colocada pela comunidade escolar e pela Secretaria de Educação do Município: propor 2 salas de aulas na Escola Frei Damião para 2025.

O processo educativo, no entanto, não se restringe à sala de aula. Assim como ampliar a quantidade de salas de aula não garante a permanência dos estudantes, tampouco a qualidade de ensino. É preciso compreender a educação em um sentido mais amplo, para além dos limites da escola: trata-se de um território educativo. Território educativo é um ambiente com múltiplas formas de socialização, onde se estabelece relação dialética de ensino-aprendizado, seja na comunidade, na rua, em casa ou na escola (Faria, 2012). Por isso, a necessidade de promover infraestruturas que favoreçam a sociabilidade, integrem a escola ao território e o território ao ambiente de ensino.

Nessa perspectiva, trabalhou-se para ampliar a capacidade de atendimento da escola para além da ampliação de vagas, propondo diferentes cenários projetuais para reivindicar uma escola adequada, extrapolando os limites da sala de aula. Após a aproximação com a equipe administrativa da escola Frei Damião e tomar conhecimento da necessidade de 10 novas salas de aula, auditório, ampliação de refeitório e pátio, procurou-se construir possibilidades de ampliação da escola com este viés de transformação do território.

Entende-se que a participação da comunidade no processo de elaboração do projeto tende a potencializar o sentimento de identificação dos usuários com o equipamento e fortalecer a percepção de necessidade do investimento diante dos agentes públicos responsáveis pelas

obras. Por isso, em linha com as premissas da Residência e do Programa Periferia Viva, propôs-se a construção colaborativa de um processo participativo para elaboração do projeto arquitetônico de ampliação da Escola Básica Frei Damião, culminando na primeira oficina participativa, evento de maior porte realizado em uma única manhã em junho de 2024.

PRIMEIRA OFICINA “PENSANDO A ESCOLA FREI DAMIÃO”

A oficina “Pensando a Escola Frei Damião: atividade comunitária para debater a escola que queremos”, realizada na Escola Frei Damião no dia 08 de junho, contou com a participação de 56 representações da comunidade, sendo 25 adultos e 31 crianças. O objetivo da ação foi democratizar o debate sobre as possibilidades de modificação da infraestrutura da escola, de modo a atender às atividades acadêmicas e se integrar à comunidade, a partir de temas como o direito à cidade, cidadania, preservação ambiental, relação entre a comunidade e ambientes educativos, com atividades lúdicas e alinhadas com o projeto pedagógico da escola. Assim, o encontro foi distribuído em duas atividades simultâneas, sendo uma voltada às crianças e outra aos jovens e adultos.

Na atividade com os jovens e adultos, iniciou-se a dinâmica com um mapeamento afetivo do território, com a fixação de bandeirinhas com expressões “gosto” e “não gosto” sob uma maquete da Praça, onde está localizada a escola (figura 2). Posteriormente, em grupos menores discutiram-se pontos positivos, negativos e os sonhos desejados para aquele espaço. Ao final, cada grupo selecionou 3 pontos positivos, 3 negativos e sonhos para compartilhar com a turma.

Figura 2: Atividade com jovens e adultos na oficina participativa de junho. 2024.



Fonte: Residência ATHIS UFSC, 2024.

A dinâmica evidenciou que a praça é o maior e principal equipamento de lazer e esporte na comunidade, é lá onde ocorrem atividades de lazer cotidiana e também festividades coletivas, como Réveillon, Batalha de Rap, Bateria Mirim e Maracatu. Os participantes relataram insatisfação quanto à falta de salas de aula (e consequentemente de vagas), falta de climatização adequada, instalações insalubres ou insuficientes, falta de sala de informática, falta de quadra maior e coberta, refeitório e biblioteca pequenos. Por outro lado, demonstraram satisfação quanto à nova miniquadra de esportes, mesa de tênis de mesa e do uso comunitário da praça para as aulas de educação física.

Os sonhos mencionados com mais frequência foram sala de informática, ginásio coberto, sala de música e mais espaços verdes e sombreados por árvores. Outros sonhos incluem piscina, sala para aula de culinária, biblioteca, laboratórios, escola em tempo integral, melhor conforto térmico, horta, pátios maiores e mais qualificados. Alguns participantes trouxeram a possibilidade de a Escola abrigar ou estar articulada a equipamentos comunitários como cozinha, lavanderia, auditório e biblioteca. Também foram mencionados sonhos para a Praça, como espaços adaptados para idosos, pista de corrida, cobertura no coreto e a realização de mais atividades letivas da Escola na Praça, pequenos espaços de refeição e biblioteca.

Na atividade com as crianças, realizaram-se artes manuais e mapeamentos afetivos, a partir de maquetes do território e da escola, jogo de tabuleiro, contação de histórias, capoeira, trocas na cantina e mapeamento pelo olhar das crianças (figura 3).

Figura 3: Atividade com crianças na oficina participativa de junho. 2024.



Fonte: Residência ATHIS UFSC, 2024.

Por fim, a oficina evidenciou a necessidade de prever integração da Escola com a Praça, de buscar estabelecer relação com ou incorporar equipamentos públicos e/ou comunitários, de prever biblioteca, sala de leitura, sala de informática, laboratórios, salas multiuso, ginásio coberto, auditório, pátios amplos e áreas verdes. Além de melhorar condições de salubridade, segurança e conforto térmico das instalações atuais e prever a substituição dos ambientes com dimensões e/ou características incompatíveis aos usos que abrigam hoje.

PROBLEMATIZAÇÃO E METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DE PROCESSO PARTICIPATIVO CONTINUADO

Como já dito, apesar de a experiência com esse evento de maior proporção realizado em uma única manhã ter sido valorosa, o que se pôde observar durante o trabalho e projeto da ampliação da Escola nos meses que se seguiram (entre junho e agosto) é que a participação e o contato da comunidade escolar com o projeto não devem se limitar a um evento pontual. Por este ter ocorrido com uma porção restrita de participantes (por conta de o evento ter sido realizado em um sábado de manhã), e sem recorrência ou retorno dos avanços no projeto da Escola para com sua comunidade, logo começou-se a problematizar este modelo de participação, não se satisfazendo, assim, com o seu formato de grande evento único.

Ao passo que o projeto arquitetônico para ampliação da Escola ia avançando, seu desenho e decisões projetuais ficavam cada vez mais distantes daquelas relações brevemente estabelecidas durante os momentos de participação. Isso ocorria tanto pelo distanciamento dos técnicos da vivência no território como a quebra do contato direto com aqueles que

deveriam ser os mais interessados na reforma em si. As definições de projeto se tornaram desvinculadas da realidade da comunidade escolar e perderam o sentido participativo. Também por uma série de dúvidas sobre particularidades do território, que precisavam ser levantadas para se tomar decisões de projeto, quanto pelo sentimento de não retorno e aderência da comunidade escolar com o projeto que estava sendo elaborado.

Portanto, parte da equipe se voltou para reestruturar e implementar, em conjunto ao projeto que continuaria a ser elaborado, um processo participativo que conferisse um contato continuado entre comunidade escolar e equipe da Residência. Esperou-se, então, com esse processo continuado, estabelecer um espírito de corresponsabilidade em prol das melhorias no ambiente escolar, aproximando o maior número de interessados com atividades orientadas pela ludicidade e estando atentos às descobertas ao longo do processo. Ou seja, ao invés de planejar e realizar um grande evento de oficina participativa que, unilateralmente de cima para baixo, convida os próprios habitantes da comunidade para virem ao encontro da equipe da Residência; almejou-se elaborar o próprio processo participativo de maneira mais horizontal e colaborativa, primeiramente se inserindo às dinâmicas escolares já estabelecidas e, aí então, planejando atividades compatíveis e coerentes com esse ambiente escolar.

BREVE FUNDAMENTAÇÃO

Em meados de 1969, Sherry Arnstein publicou a primeira e mais reconhecida metáfora sobre as diferentes gradações da interação dos cidadãos em projetos participativos. A título de contextualização, Arnstein foi consultora em participação popular junto ao Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano dos EUA, e quando descreveu esta metodologia, trabalhava como Diretora de Estudos Comunitários do instituto não-governamental de pesquisa “The Commons”.

A partir deste conhecimento prático adquirido, a nomeada “Escada de Participação Civil” foi criada, estabelecendo parâmetros para medir os níveis de participação em experiências de planejamento urbano, dividindo-se em oito degraus, que podem ser classificados em três grupos diferentes (figura 4).

Figura 4: “Escada de Participação Civil”

8	Controle cidadão	Níveis de poder cidadão
7	Delegação de poder	
6	Parceria	
5	Pacificação	Níveis de concessão mínima de poder
4	Consulta	
3	Informação	
2	Terapia	Não participação
1	Manipulação	

Fonte: Adaptado de Arnstein, 1969.

Na parte mais baixa estão os degraus denominados Manipulação (1) e Terapia (2), que são caracterizados como exemplos de “não participação”, pois não há a possibilidade de a população influenciar no projeto, uma vez que os detentores do poder introduzem os participantes no processo sem compartilhar informações necessárias, manipulando suas opiniões, ou tentando mudá-las, respectivamente.

Acima deles, ficam os degraus de Informação (3), Consulta (4) e Pacificação (5). São caracterizados como exemplos de uma “concessão mínima de poder”, pois neles os participantes podem ouvir e ter acesso a informações relevantes e reais, opinar e dar sugestões, mas sem garantia de que essas vozes sejam levadas em consideração para a elaboração de propostas ou tenham algum impacto no cenário político. Esse fenômeno pode ser categorizado também como “tokenismo” ou “participação de fachada” (PRIETO-MARTÍN apud RIBEIRO, 2017).

A população começa a ter acesso a maiores níveis de poder apenas nos degraus seguintes. No caso da Parceria (6), em que há um forte engajamento da população em torno do processo, bem como a negociação com o Estado sobre demandas a serem atendidas; na Delegação de Poder, na qual o Estado renuncia a algumas atribuições para que a decisão esteja concentrada na população; e no Controle Cidadão, em que, segundo Prieto-Martín (apud RIBEIRO, 2017) os menos privilegiados têm total direito, capacidade e responsabilidade decisória.

A partir dessa metodologia desenvolvida, percebe-se que para Arnstein (1969) processos participativos sem redistribuição de poderes são práticas esvaziadas e frustrantes para quem tem menos poder, que podem inclusive contribuir com a baixa adesão da população.

Dessa forma, em processos projetuais participativos busca-se criar condições para a efetiva contribuição dos futuros usuários do projeto em diferentes etapas de seu desenvolvimento, incluindo: a expressão de seus conhecimentos e experiências relativos ao ambiente a ser projetado, a identificação de suas necessidades e expectativas, a elaboração conjunta de

conceitos e ideias, e a tomada de decisões. Ou seja, nessa dimensão os indivíduos, inseridos em processos participativos, poderão constituir instâncias de tomada de decisão, de elaboração de propostas e de implantação.

Assim, os futuros usuários deixam de ser o sujeito do projeto, para serem parceiros em seu desenvolvimento, num processo de cocriação junto com os profissionais de arquitetura e engenharia (SANDERS, STAPPERS; 2008). Segundo esses autores, torna-se um processo de cocriação entre o usuário e os profissionais, que coletivamente vão definir o que será e o que não será projetado.

Ao executar as atividades participativas planejadas é preciso refletir sobre o processo e realizar as adequações necessárias e, assim, continuar um processo cíclico, permeado pela observação e escuta atenta (Lima; Azevedo, 2022). Além dos ganhos na qualidade do projeto e na apropriação pelos usuários, o processo participativo pode funcionar como um espaço estimulante de exercício da cidadania, debatendo-se temas como direito à cidade, à moradia digna, democracia e preservação ambiental. Por isso que, partir do conceito de territórios educativos (Faria, 2012; Azevedo, 2019), foram realizadas atividades orientadas pela ludicidade com as crianças que estudam na escola, bem como atividades mais objetivas com o público do EJA.

Com relação à cidadania e à própria cidade, o CAU Educa, programa desenvolvido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU BR), destaca a relevância da educação urbanística no ensino fundamental, com o objetivo de formar cidadãos conscientes e engajados com a construção de cidades mais justas e sustentáveis. O programa propõe ainda caminhos processuais e contínuos para que crianças e jovens desenvolvam uma percepção crítica sobre o espaço urbano, e sua produção sustentável (CAU/BR, 2022). Ao trazer essa perspectiva para o campo prático, como no caso da expansão escolar, reforça-se a importância de engajar os mais jovens e a comunidade como um todo, numa dinâmica colaborativa contínua que, além de valorizar vivências e saberes locais, alinha-se à função social do arquiteto.

No caso da Frei Damião, se por um lado a comunidade possui baixos indicadores socioeconômicos e de qualidade de vida, por outro é também portadora de saberes, memórias coletivas, práticas culturais, lugares representativos, iniciativas locais únicas e moradores engajados. E nesse sentido a Assistência Técnica firma-se também como uma ação fundamental para garantir o acesso dos cidadãos ao conhecimento sobre as práticas projetuais dos espaços públicos e equipamentos comunitários, possibilitando ganhos que se traduzem também em melhorias habitacionais e urbanas, por meio da aplicação de metodologias participativas.

Além de conferir um importante instrumento de controle e tecnologia social à comunidade, a participação da população nos projetos permite maior legitimidade ao desenvolvimento territorial, uma vez que, possibilita leituras e decisões projetuais mais assertivas, além de engajar a sociedade em torno das estratégias adotadas. A integração das vozes dos

moradores, estudantes, professores, pais e nesse caso, sobretudo das crianças, estimula a construção de uma consciência urbana e ambiental desde a base.

Por essa razão, buscou-se aplicar um Processo Participativo Continuado durante o projeto de ampliação da EB Frei Damião que fornecesse uma compreensão mais profunda das relações que os moradores têm entre eles, com o espaço da escola e a comunidade, buscando o engajamento e empoderamento dos participantes em torno do processo.

METODOLOGIA

Como primeiro gesto desse novo processo a ser construído coletivamente com a comunidade escolar, optou-se por estabelecer um contato com professores dispostos a colaborar com o projeto, intermediados pelas respectivas diretoras pedagógicas, a fim de inserir as atividades participativas ao projeto pedagógico da Escola. Desse modo, foi possível iniciar uma relação de parceria com dois professores, sendo um de história no ensino fundamental II, e um de geografia no EJA.

Foram separadas essas atividades por turmas e faixa etárias direcionadas, sendo duas turmas do Fundamental II (sexto e sétimo anos) com uma média de 30 estudantes por turma, e duas turmas do EJA (sexto e oitavo anos) com uma média de 20 estudantes por turma; além da equipe da Escola, contando com duas diretoras pedagógicas, dois professores e três funcionários administrativos.

A partir então desse entendimento mútuo entre diretoras pedagógicas, professores e equipe da Residência, programaram-se as primeiras atividades a serem realizadas em uma das turmas de cada período, utilizando o tempo de aula desses professores parceiros para a realização das atividades, uma vez que essas também passaram a ser incorporadas complementarmente no conteúdo e avaliação de suas respectivas disciplinas.

Com essas primeiras experiências, então, a equipe da Residência reformulou novas propostas de atividades a serem realizadas em sucessivos e recorrentes momentos ao longo desses três meses, entre setembro e novembro, combinando com esses professores o que seria feito em determinado dia e, após cada atividade realizada, sendo reavaliada e repensada a atividade seguinte, em uma construção cíclica e colaborativa.

As atividades foram sendo elaboradas com o intuito de iniciarem por uma percepção da Escola desde a escala urbana, a partir de atividades que englobam um recorte de todo o território da comunidade, até a escala arquitetônica, culminando no desenho coletivo com maquete e plantas-baixas da edificação. Essas últimas atividades também foram realizadas com a equipe de funcionários da Escola.

Todas as atividades foram elaboradas com base em experiências já realizadas, com uso de dispositivos que propiciam o estabelecimento de diálogos e incentivam a expressão individual em um ambiente coletivo (Azevedo, 2019). Também se preocupou em moderar as atividades a fim de que cada participante, em sua especificidade, tivesse a possibilidade de contribuir da

maneira mais equânime possível, calibrando para que quem tem dificuldade de se expressar ainda tenha garantido seu direito de fala, e quem seja demasiadamente vocal não sobreponha seus colegas.

Na seção seguinte, serão descritas essas atividades realizadas e, na seção posterior, serão analisados e refletidos alguns dos resultados obtidos com toda essa experiência.

PROCESSO PARTICIPATIVO CONTINUADO

É importante entender que, para além das atividades recorrentes, o processo participativo ocorreu continuamente desde o início do mês de setembro com as primeiras reuniões e elaboração das atividades, até o final de novembro e a contínua elaboração do projeto arquitetônico, ainda em andamento. Também vale ressaltar que as atividades em horário de aula se encerraram pelo fim do calendário acadêmico (entrando em dezembro nas semanas de provas) mas, como será endereçado, ainda se encaminha para a realização de atividades como ações táticas ou continuidade de atividades no período letivo do ano seguinte. Serão aqui brevemente descritas, em ordem cronológica, as atividades realizadas durante os meses de setembro a novembro de 2024 na EB Frei Damião:

“MAPA MENTAL” (ATIVIDADE SÍNCRONA / EJA) - 23/09/2024

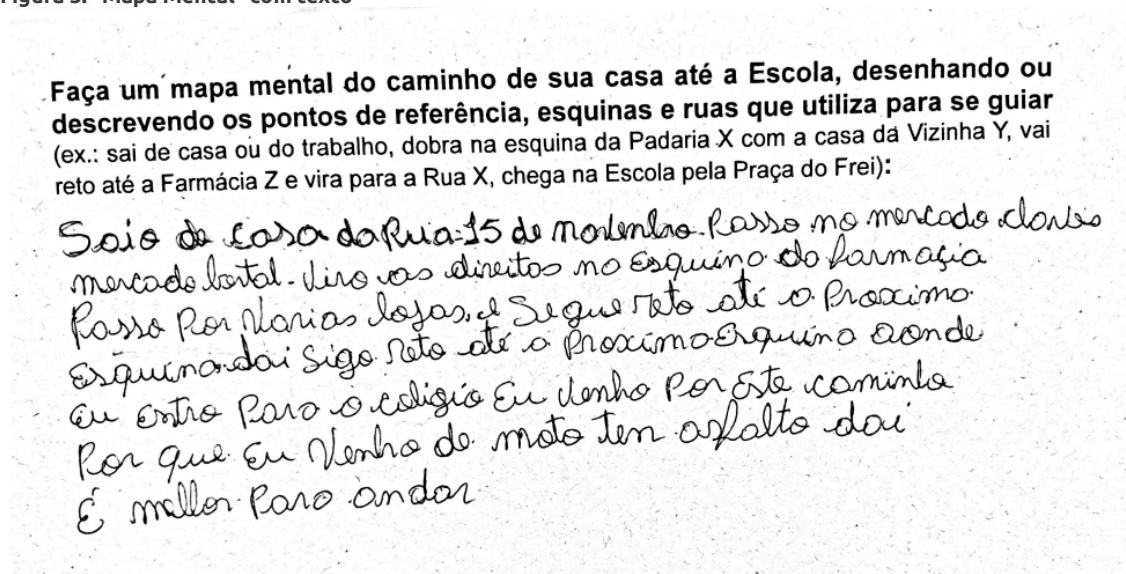
A atividade foi realizada no dia 23 de setembro de 2024, em horário de aula nas turmas do sexto e oitavo ano do EJA, com o acompanhamento do professor de Geografia. Iniciou-se com uma breve apresentação dos Residentes e dos objetivos da Residência, bem como do Processo Participativo Continuado do Projeto de Ampliação da EB Frei Damião.

O professor de Geografia também fez uma breve apresentação de alguns conceitos como “paisagem urbana”, “território” e “bairro”, relacionando a atividade proposta com conteúdos abordados previamente em suas aulas.

Foi disponibilizado pela equipe da Residência material para os estudantes, tratando-se de uma folha de papel sulfite com o enunciado impresso “Faça um mapa do caminho de sua casa até a Escola, desenhando ou descrevendo os pontos de referência, esquinas e ruas que utiliza para se guiar (ex.: sai de casa ou do trabalho, dobra na esquina da Padaria X com a casa da Vizinha Y, vai reto até a Farmácia Z e vira para a Rua X, chega na Escola pela Praça do Frei)”.

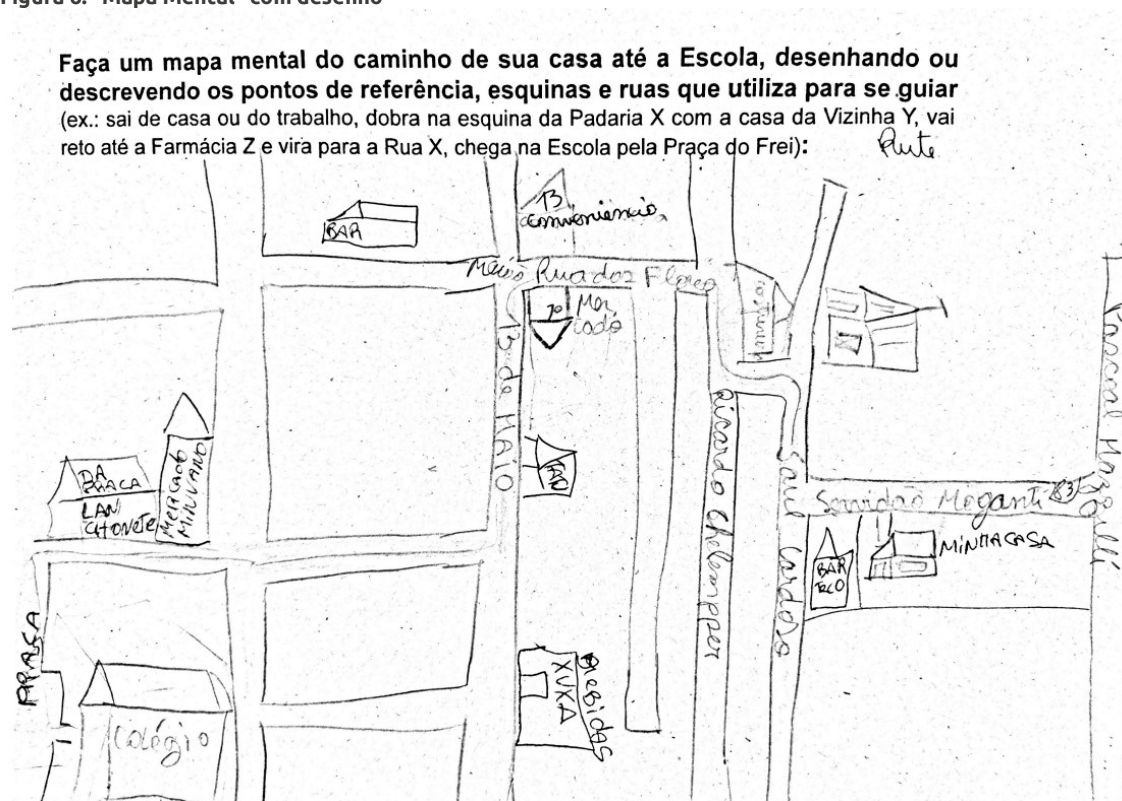
Com as folhas distribuídas, os alunos começaram a traçar os mapas mentais, ainda que alguns tenham se sentido mais à vontade descrevendo seu percurso diário (Figura 5) do que desenhando (Figura 6) — o que não atrapalhou os resultados obtidos com a atividade. Uma vez recolhidos os mapas, estes foram guardados pela Residência para atividades posteriores.

Figura 5: "Mapa Mental" com texto



Fonte: Residência ATHIS UFSC, 2024.

Figura 6: "Mapa Mental" com desenho



Fonte: Residência ATHIS UFSC, 2024.

"MAPEAMENTO AFETIVO OBJETIVO" (ATIVIDADE SÍNCRONA / EJA) - 07/10/2024

Continuando a aplicação do Processo Participativo Continuado junto às turmas do sexto e do oitavo ano do EJA, ainda tendo como escala de abordagem o território total do bairro, foi

apresentado às turmas um banner com mapa, feito a partir de imagem de satélite da região da Frei Damião.

Em cima deste mapa os alunos foram convidados a interagir, a partir do uso de *post its*, colocando no mapa onde moram (laranja), os espaços de referência que gostam (verde) ou não gostam (rosa) dentro do bairro. Em uma segunda etapa da atividade os participantes também puderam apontar, utilizando os *post its* na cor azul, os espaços de desejo, com o objetivo de entender o que gostariam que tivesse e onde (figura 7).

Figura 7: “Mapeamento Afetivo Objetivo”



Fonte: Residência ATHIS UFSC, 2024.

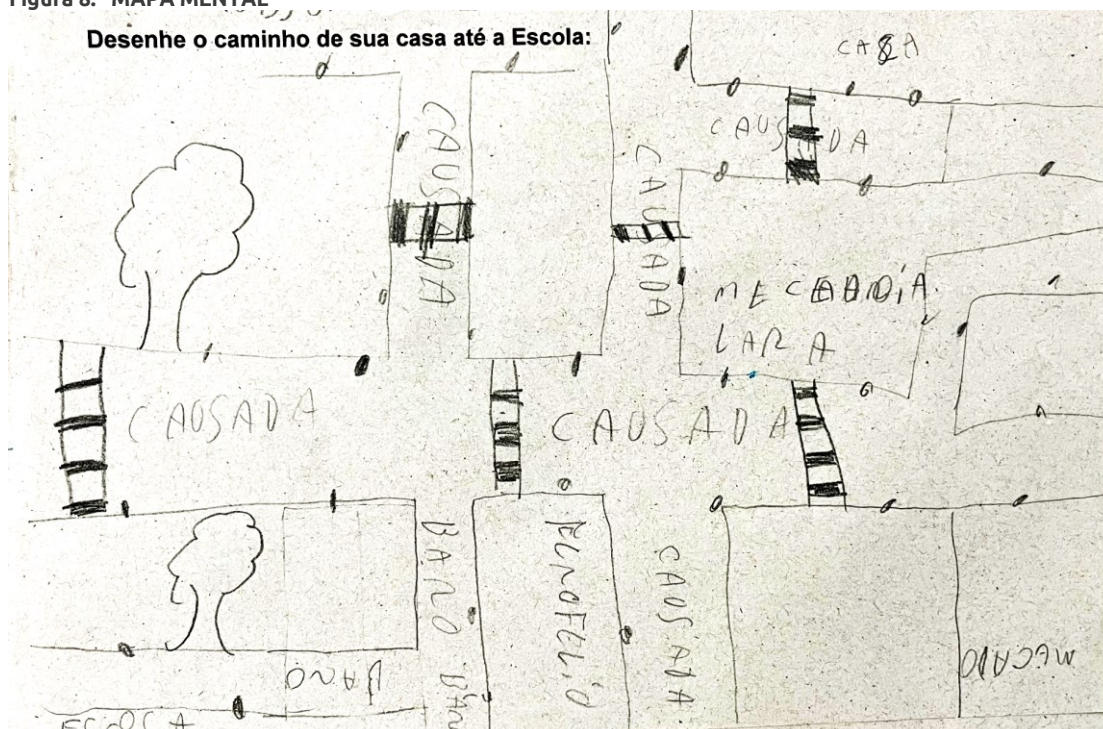
Por fim, foi proposta uma breve rodada de discussão acima dos locais que mais foram indicados no mapa da atividade. A partir disso, ficou evidente a relevância da praça na qual a EB Frei Damião se localiza para a comunidade — o espaço público é único na região e estrutura-se como principal centralidade do bairro, unindo áreas de lazer e esportes que proporcionam a integração entre moradores. Percebe-se ainda através da atividade, a conexão da praça com importantes locais de acesso à direitos básicos como a UBS Frei Damião, a Creche ao lado e a própria Escola. Isso gerou profundas e acaloradas discussões entre participantes que relatavam as más condições desses equipamentos, enquanto também eram relatados com bastante afeto e pertencimento pontos de referência como bares e lanchonetes, além da própria praça e Escola.

“MAPA MENTAL E MAPEAMENTO AFETIVO” (ATIVIDADE SÍNCRONA / FUNDAMENTAL II) - 21/10

A atividade foi realizada no dia 21 de outubro de 2024, em horário de aula nas turmas do sexto e sétimo ano do Fundamental II, com o acompanhamento do professor de história. Iniciou-se com uma breve apresentação dos Residentes e dos objetivos da Residência, bem como do Processo Participativo Continuado do Projeto de Ampliação da EB Frei Damião.

Foi disponibilizado pela Residência material, tratando-se de uma folha de papel sulfite com o enunciado impresso “Desenhe o caminho de sua casa até a Escola:”, podendo o desenho ser realizado em sala ou em casa e entregue posteriormente, caso algum estudante tivesse dificuldade em se expressar ou demonstrasse resistência em participar (figura 8).

Figura 8: “MAPA MENTAL”



Fonte: Residência ATHIS UFSC, 2024.

Após esta primeira etapa, foi exposto na parede o mapa com imagem de satélite do território da Frei Damião e foi solicitado que cada participante levasse seu mapa mental e se localizassem no mapa objetivo, realizando assim uma primeira aproximação das percepções subjetivas e objetivas dos participantes (fig. 9).

Figura 9: Participantes se localizando no mapa objetivo com seus mapas mentais



Fonte: Residência ATHIS UFSC, 2024.

Por fim, com a utilização de uma maquete com o entorno da praça em que a Escola se situa, cada participante foi direcionado a posicionar as bandeiras em cores diferentes, representando, em sequência de colocação, o que gosta (verde), o que não gosta (rosa), e o que deseja (balão branco), sendo dada uma bandeira de cada para cada participante (figura

10) e encerrando a atividade com uma discussão sobre as maiores concentrações de bandeiras, bem como aquelas específicas e pontuais.

Figura 10: “MAPEAMENTO AFETIVO”

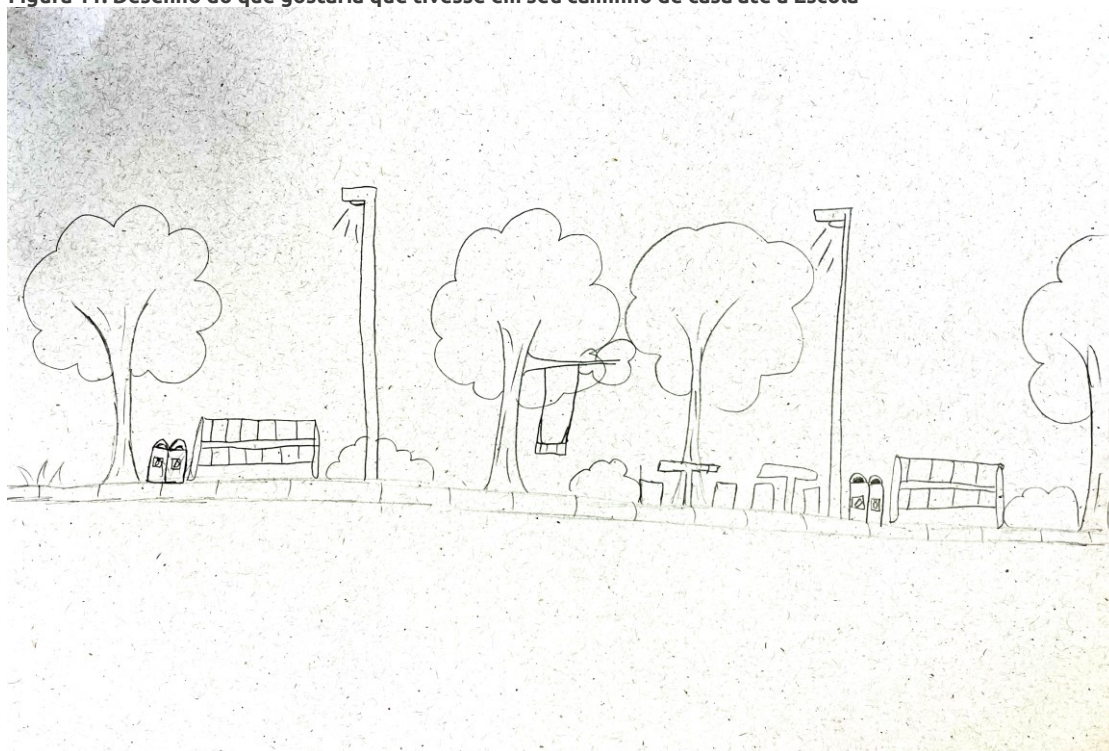


Fonte: Residência ATHIS UFSC, 2024.

“MAPEAMENTO AFETIVO LÚDICO E DESENHANDO A ESCOLA” (ATIVIDADE SÍNCRONA / FUNDAMENTAL II) - 28/10

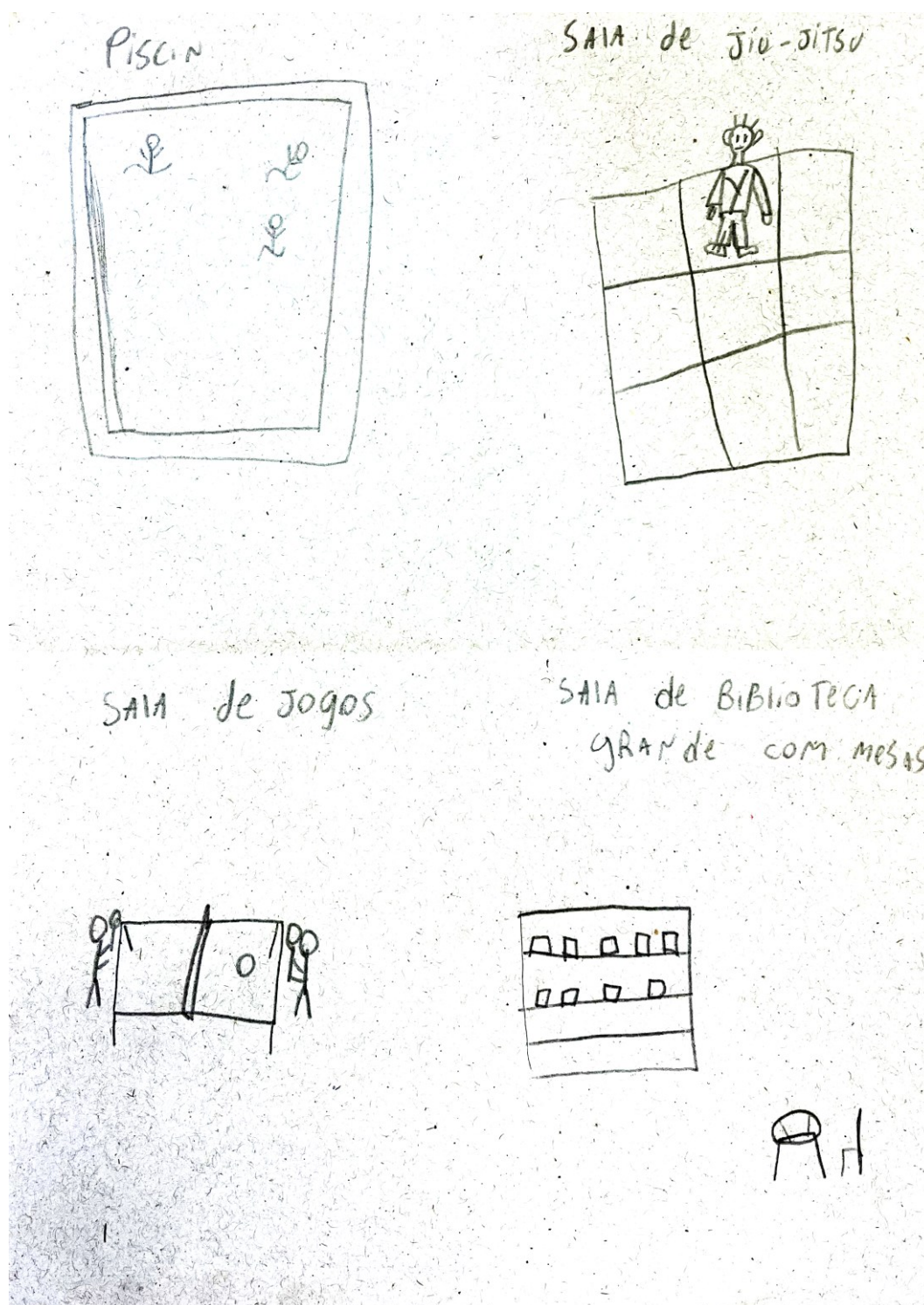
Dando continuidade ao mapeamento afetivo com as turmas do Fundamental II, de forma lúdica, foram retornadas a maquete com as bandeirinhas que a turma colocou e descrito para toda a sala ouvir o conteúdo dessas, desde os grandes agrupamentos, até aquelas mais específicas. Com isso, iniciaram a atividade de “Desenhando a Escola”, em que cada estudante recebeu uma folha de papel para desenhar o que gostaria que tivesse em seu caminho de casa até a Escola (figura 11). Depois, recebeu outra folha para desenhar o que gostaria de ter na Escola em si (figura 12).

Figura 11: Desenho do que gostaria que tivesse em seu caminho de casa até a Escola



Fonte: Residência ATHIS UFSC, 2024.

Figura 12: Desenho do que gostaria de ter na Escola em si



Fonte: Residência ATHIS UFSC, 2024.

A ideia dessas atividades, elaboradas conforme o andamento das atividades anteriores, foi dar a chance de alguns estudantes confirmarem o que haviam colocado durante o mapeamento, bem como dar uma nova possibilidade de propor algo diferente (inclusive para aqueles que possam ter sido influenciados por colegas na atividade anterior, uma vez que esta nova seria mais introspectiva e individual).

“MAPA DE INTERESSES” (ATIVIDADE ASSÍNCRONA / EJA) - 28/10

Uma atividade similar com o uso de maquetes foi realizada com as turmas do EJA, a fim de gradualmente aproximar a escala do território à escala da Escola, utilizando as mesmas classificações de bandeirinhas (figura 13). Por conta do interesse e maturidade dos participantes do EJA, esta atividade gerou muitas discussões aprofundadas sobre as condições dos equipamentos públicos ao redor da praça e da Escola.

Figura 13: “Mapa de Interesses”



Fonte: Residência ATHIS UFSC, 2024.

“PROJETO ARQUITETÔNICO” (ATIVIDADE SÍNCRONA / FUNDAMENTAL II) - 11/11

Com maquete e plantas humanizadas para apresentar o projeto arquitetônico em elaboração, esta atividade teve a intenção de introduzir instrumentos de projeto arquitetônico (maquete e planta-baixa) para que, aos poucos, todos os participantes compreendessem o que estava sendo apresentado, evitando uma dissonância entre a linguagem de desenho técnico e a compreensão dos participantes da comunidade escolar. Com base no que havia sido discutido nas etapas anteriores, para além de algumas ideias mais pontuais, atentou-se para três elementos que se destacaram: a quadra coberta, o refeitório de qualidade e salas de atividades (biblioteca, informática, artes marciais, etc.).

Dividindo-se em grupos menores, com impressões das plantas-baixas, material de desenho e módulos de elementos estruturais (como recortes com variados tamanhos de quadras de

esportes), realizaram-se discussões do projeto enquanto se construía novas soluções para esses elementos discutidos (figura 14).

Figura 14: “Projeto Arquitetônico Lúdico”

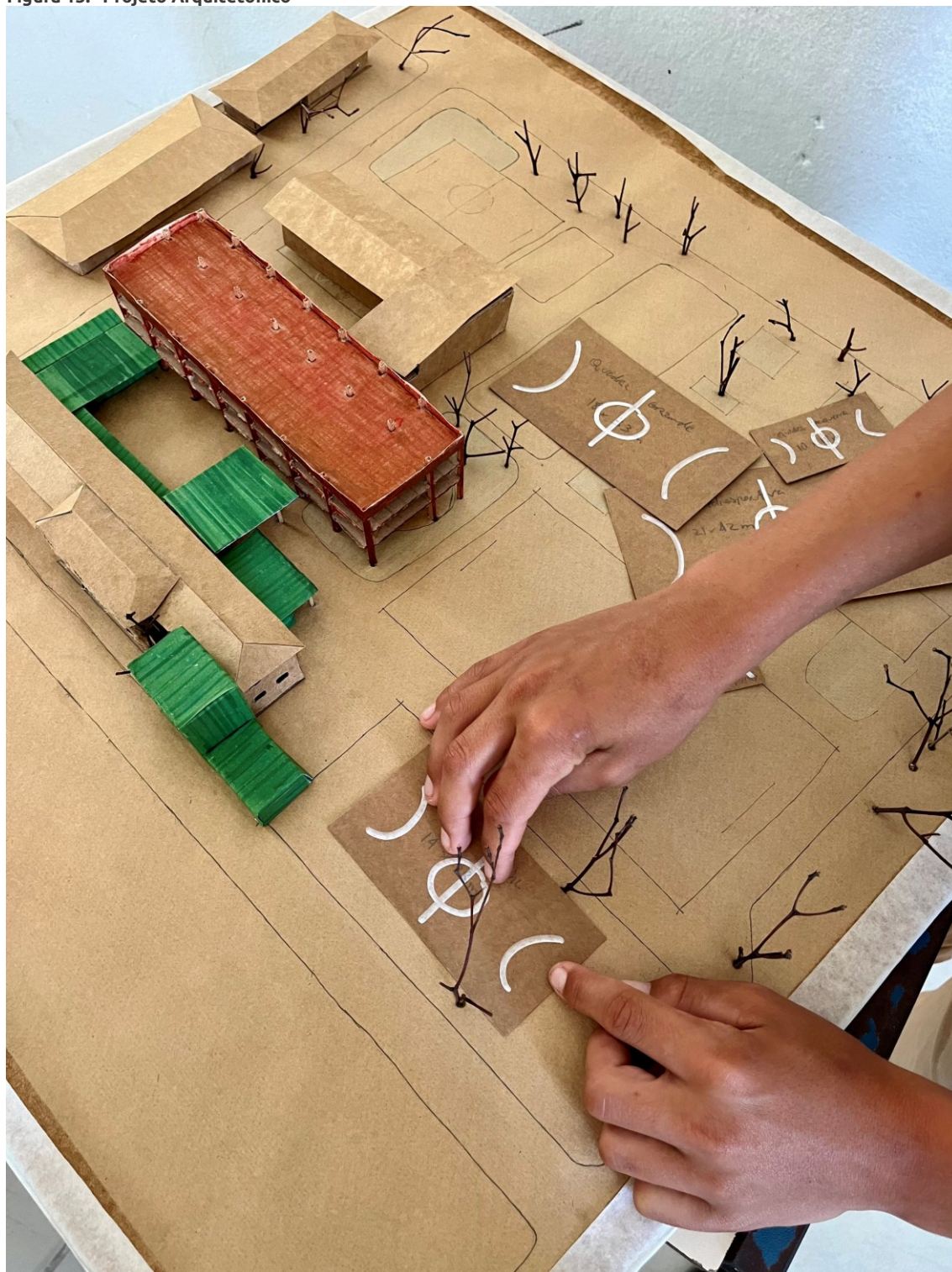


Fonte: Residência ATHIS UFSC, 2024.

“PROJETO ARQUITETÔNICO” (ATIVIDADE SÍNCRONA / EJA) - 11/11

A mesma atividade foi realizada com as turmas do EJA, também com o uso das plantas humanizadas e maquete (figura 15), aprofundando ainda mais essas discussões.

Figura 15: "Projeto Arquitetônico"



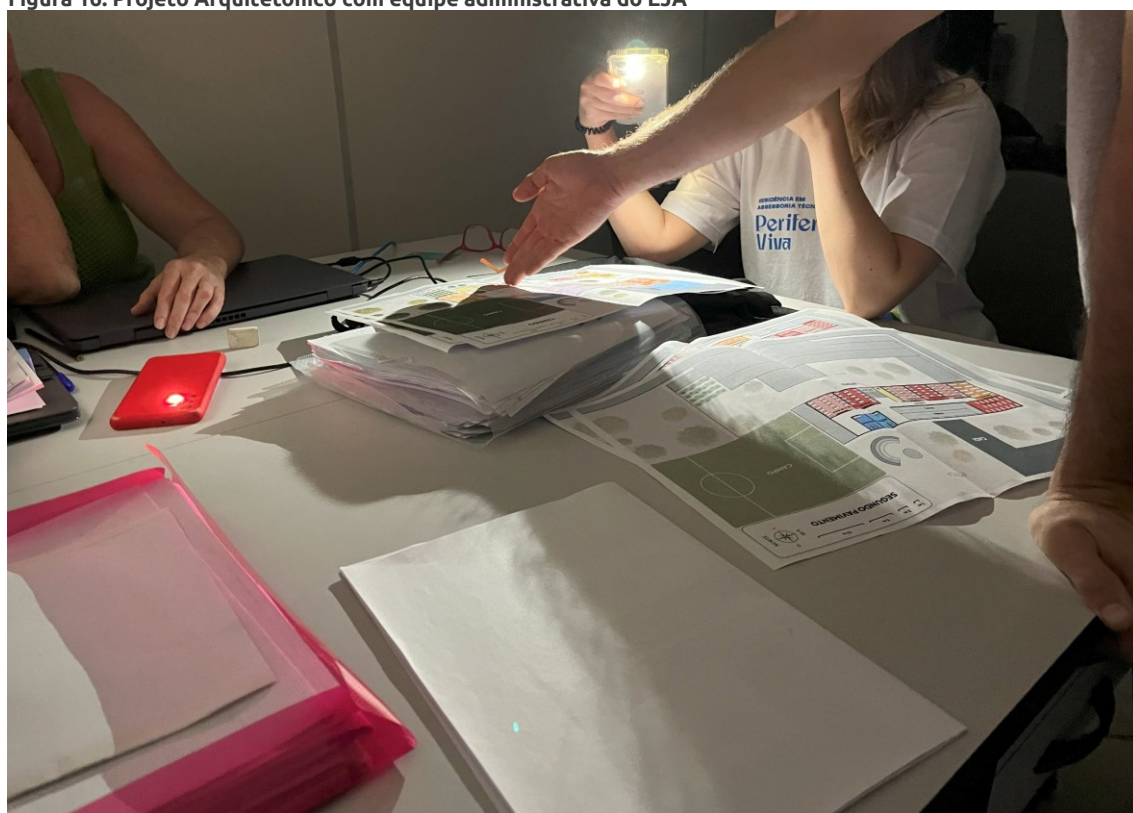
Fonte: Residência ATHIS UFSC, 2024.

"PROJETO ARQUITETÔNICO" (ATIVIDADE SÍNCRONA / EQUIPE ADMINISTRATIVA EJA) - 19/11

Nesta etapa das atividades, passou-se também a realizar atividades com pequenos grupos da equipe de funcionários da Escola. Essas atividades foram realizadas, assim, em menores

e variados momentos, para que justamente fosse possível a contribuição dessas pessoas sem que sua dinâmica de trabalho fosse demasiadamente afetada, mas ainda assim preferindo que essas ocorressem durante seus expedientes, possibilitando que essas discussões estivessem inseridas na rotina do ambiente escolar. Uma situação emblemática que demonstrou essa diferença na postura de participação neste modelo continuado (em que a equipe da Residência se adequava ao ritmo de estudo ou trabalho da comunidade escolar, e não a comunidade precisava atender a um evento com data e hora determinada pela Residência) foi quando faltou luz na região durante uma dessas atividades. A atenção e interesse em participar dessas sessões mostraram-se tão pujantes que, mesmo sob a luz de lanternas, as pessoas participantes insistiram em continuar contribuindo (figura 16).

Figura 16: Projeto Arquitetônico com equipe administrativa do EJA



Fonte: Residência ATHIS UFSC, 2024.

“PROJETO ARQUITETÔNICO” (ATIVIDADE SÍNCRONA / EQUIPE ADMINISTRATIVA FUNDAMENTAL) - 25/11

Conforme se repetiram essas sessões de atividades com a equipe da Escola, também foi possível ter muitas informações funcionais e de logística, além uma melhor compreensão sobre os projetos pedagógicos da EB Frei Damião. Nessas atividades, várias das dúvidas que haviam sido geradas pela equipe da Residência quanto ao projeto arquitetônico eram sucessivamente respondidas e solucionadas com auxílio da maquete e sobre a planta-baixa humanizada (figura 17), uma vez que funcionários de diversas áreas atuantes na Escola

rapidamente conseguiam se localizar no projeto e nos descrever como determinados espaços e ambientes funcionariam com aquelas conformações propostas.

Figura 17: Projeto Arquitetônico com equipe administrativa do Fundamental



Fonte: Residência ATHIS UFSC, 2024.

"ANÁLISE DOS PROJETOS" (ATIVIDADE SÍNCRONA / FUNDAMENTAL II) - 25/11

Como última atividade realizada, voltou-se para as turmas do Fundamental II com as várias opções de projetos que haviam propostos, comentando-se alguns dos elementos mais recorrentes e mais específicos. Após isso, foi solicitado para que cada participante escrevesse e localizasse nas plantas-baixas humanizadas da proposta colando com *post its*, em sequência, os pontos que cada um gostou (verde), que não gostou (rosa) e descrevendo o que gostaria que tivesse (amarelo). Essa atividade, além de tentar atender de modo mais equânime as particularidades de todos os participantes, estimulando a participação de mesmos aqueles que não se expressavam muito, gerou um momento de discussão bastante aprofundada entre os jovens participantes, em que de maneira coletiva, muitos desses discutiam o que estavam escrevendo, enquanto outros que não se articulavam tanto também conseguiam ser atendidos ao colocar sua contribuição nas plantas (figura 18).

Figura 18: “Análise dos projetos”



Fonte: Residência ATHIS UFSC, 2024.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A etapa em que o presente trabalho se encontra, estando ainda sendo sistematizadas as informações construídas coletivamente e continuamente durante esses três meses de processo participativo, é de suspensão das atividades síncronas por conta do fim do calendário acadêmico da Escola (sendo suas últimas semanas de provas), mas ainda prevendo-se realizar algumas atividades assíncronas, como ações táticas pontuais com a construção de uma horta, quadrinha de esporte ou pintura de muro e calçada.

Também, a equipe da Residência continua em elaboração do projeto arquitetônico que se estenderá até o ano seguinte, 2025, quando serão também realizados seus projetos complementares e seu possível envio para programa federal de incorporação de equipamentos públicos. Portanto, é premente que esse processo participativo continue também com turmas da Escola no próximo calendário acadêmico.

Com todas essas experiências, inclusive aquelas iniciais de único grande evento de oficina participativa, até as breves e rotineiras atividades realizadas continuamente ao longo das semanas ao final do semestre letivo da Escola, pode-se afirmar como processos participativos são instrumentos fundamentais para a elaboração de um projeto que vise contemplar demandas, anseios e desejos da comunidade que usufruirá, apropriará e lutará

para sua efetivação. Também é possível observar, na comparação e problematização de todas esses formatos de participação, que muito se pode aprender e aprimorar nesses modelos.

Por fim, compreende-se que o sucesso do processo participativo, com retornos espontâneos e cativos de interesse e envolvimento da comunidade Escolar com o projeto, ocorreu pela postura de horizontalidade e abertura a colaboração que se conformou durante os três meses de atividades continuadas. Se, inclusive pelo referencial teórico, sabe-se que a adesão e apropriação a um projeto de cidade e equipamentos urbanos democráticos advém da troca de conhecimentos e experiências entre equipes técnicas e comunidades, o que é corroborado pelas próprias ementas dos programas da Residência e do Periferia Viva em que esse processo participativo se insere; é razoável propor que mais processos de elaboração coletiva de projeto ocorram dessa forma colaborativa, horizontal e continuada.

REFERÊNCIAS

ARNSTEIN, S. R. A ladder of citizen participation. *Journal of the American Planning Association*, 35(4), p. 216–224, 1969.

AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen (Org.). *Diálogos entre Arquitetura, Cidade e Infância: Territórios educativos em ação*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR). *Educação Urbanística e Ambiental: O CAU Educa*. Comissão de Política Urbana e Ambiental – CUPA-CAU/BR. Ricardo Soares Mascarello, Alice Rosas, Josélia Alves, Nilton de Lima Junior, Rubens Fernando Pereira de Camillo, Caroline Cabral Rocha Bertol (orgs.). 1. ed. Brasília: CAU/BR, 2022.

FARIA, A.B.G. *A conversa da Escola com a Cidade: Do Espaço Escolar ao Território Educativo*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

ICOM. *Diagnóstico do Território do Frei Damião, Palhoça - Santa Catarina*. Florianópolis: Icom, 2023.

LIMA, Flávia Schmidt de Andrade; AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen. *Necessidades de quem? Os objetos de fronteira como dispositivos de apoio à participação na construção coletiva do programa de necessidades*. *Arquitextos*, São Paulo, ano 23, n. 271.05, Vitruvius, dez. 2022 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/23.271/8676>>.

PALHOÇA/SC, Secretaria Municipal de Educação de. *Portal da Educação*. 2024. Disponível em: <https://palhoca.educarweb.net.br/portal/>. Acesso em: ago. 2024.

PRIETO-MARTÍN, Pedro. *Las alas de Leo: La participación ciudadana del siglo XX*. Madrid: Bubok, 2010. In: RIBEIRO, Hanna. *Participação política a partir de iniciativas online*:

possibilidades, limites e desafios para a democracia. Rio de Janeiro; IBICT/UFRJ, p. 1-103, 2017.

SANDERS, E. B. N.; STAPPERS, P. J. Co-creation and the new landscapes of design. Co-design, v. 4, n. 1, p. 5-18, 2008.